

Bird mostra os números da injustiça

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — De seus escritórios nesta cidade, dezenas de técnicos do Banco Mundial (Bird) monitoram em detalhes da administração pública do Brasil e pintam freqüentemente um quadro tenebroso, apontando erros crassos e pintando o sinistro quadro de um dos países socialmente mais injustos do planeta. Eles mostram que o problema não está no volume dos gastos, pois o Brasil dedica ao social o menos do que as outros países do mesmo nível de renda. O Banco Mundial diz que o Brasil gasta mal, obtém péssimos resultados e privilegia as classes médias ou ricas, em detrimento dos mais pobres, que formam a grande maioria da população brasileira.

Entre os estudos que acabaram sendo publicados, nos últimos anos, destaca-se justamente o que traz uma análise sobre os gastos do governo brasileiro no setor social. São dois volumes, impressos com a advertência de que se trata

de um trabalho “para uso exclusivamente oficial”. O levantamento, que ganhou as manchetes no Brasil ao ser publicado no ano passado, aponta, por exemplo, uma série de erros crassos nas áreas da educação e da saúde. “A mortalidade infantil no Brasil está bem acima da média dos países como o mesmo nível de renda, e no Nordeste brasileiro é maior do que em muitas nações da região africana do Sub-Sahara” (considerada a mais miserável do mundo), diz o documento.

“As crianças brasileiras completam menos anos escolares do que as de qualquer outros países da América Latina, exceto El Salvador e Nicarágua” (dois países em guerra há mais de uma década), prossegue o estudo. Em seguida, mostra o contraste entre a Coréia do Sul e o Brasil em matéria de educação: “Noventa por cento dos jovens coreanos de 15 a 19 anos de idade freqüentam escolas secundárias, enquanto no Brasil apenas 21% de jovens da mesma faixa de idade estudam.”

Na área de saúde pública, o Banco Mundial observa que 78% dos gastos são canalizados em serviços hospitalares de altos custos, enquanto somente 22% se dedicam a programas preventivos, como vacinação, controle da malária e assistência médica às mulheres e crianças. O estudo nota a contradição nessa prioridade, pois os programas preventivos são muito mais baratos e eficazes e beneficiam os mais pobres.